

O ESPELHO DOS TAPUIAS

Ivan ÂNGELO*

Quando a cultura portuguesa encontrou a cultura tapuia, há 495 anos, era perfeitamente previsível qual delas iria desaparecer: a dos sem roupas, sem ambições, sem pólvora, sem espelhos, sem religião, sem pecados, sem propriedades, sem rei, sem escrita, sem história- que foram chamados selvagens.

Uma romântica nostalgia se instalou a partir da metade desses 495 anos: como seria o país se aquela simplicidade fosse preservada e o progresso chegasse a despeito dela? Sonhadores, purgamos a perda daquele paraíso. Não do desconforto do paraíso- bem-vindas as casas de alvenaria, a água encanada, antibióticos, cinema, geladeira, fax, automóveis, Batman e o picolé de limão. A nostalgia que sentimos é a da falta de ambição, a da ausência de usura. Não teríamos caído na safadeza dos aluguéis, privilégios, inflação, corrupção, exploração do trabalho, usurpação de poder, riqueza x miséria, favelas, meninos abandonados, bandidos...Não somos filhos do rigor da Reforma nem da violência da Contra-Reforma; somos, na verdade, filhos da lassidão moral anterior à Reforma.

Hoje, exorcizamos a perda daquela ingenuidade sonhando com sistemas de organização social diferentes daqueles que levaram à situação atual. Nós somos culturalmente europeus (na língua, nos costumes, na arquitetura, na arte, no exército, no vestuário, no Direito, na religião, no etnocentrismo branco), e por isso vivemos nestas plagas com o sentimento de desterrados. Importamos periodicamente idéias políticas que nada mudam, são apenas idéias.

* Mineiro, 59 anos, ficcionista, autor de *Duas Faces, A Festa, A Casa de Vidro, A Face Horrível, O Ladrão de Sonhos e Feliz*. Mora em SP desde 1.965.

Simbolizamos essas idéias num broche e as espetamos na lapela ou as usamos nos discursos. Com o tempo, quando já estão velhas, as adaptamos ao nosso modo de viver, sem mudar substancialmente a organização social.

É só ver como ficamos meio lá meio cá em tantos momentos da História. A República manteve os privilégios da Monarquia, como mostra Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder*. O nosso Liberalismo amanhou-se à exploração escravista, como mostra Alfredo Bosi em *A Dialética da Colonização*. A nossa revolução estética de 22, o Modernismo, foi importada e gerou o nacionalismo estético pau-brasil de 28. A nossa “revolução burguesa” de 1.930 foi ao mesmo tempo a “dos tenentes”. A nossa democracia cria um cipoal de leis mas não faz a Justiça. E ela só se parece com democracia quando veste a fantasia do populismo, como foi o segundo governo de Vargas ou o de Kubitschek. A televisão, a propaganda e o jornalismo brasileiros copiam o modelo norte-americano, que costuma deixar a criação na dependência do anunciante. As nossas cidades antes se arrumavam como européias, hoje se adaptam ao modelo norte-americano: motéis, shopping-centers, apart-hotéis, vias expressas. Em muitas das nossas manifestações como povo, na arte, na política, transparece esse ser um e outro ao mesmo tempo, esse desejo se ser como vemos o outro, idealizado. Queremos ser primeiro mundo, mas não abrimos mão dos sistemas de privilégios, e estes nos ancoram no terceiro mundo. No processo de nos desprezarmos, freqüentemente vimos o Brasil com os olhos dos outros, quer dizer, adotamos uma visão de segunda mão, como mostra *O Brasil não é Longe Daqui*, de Flora Süssekind. Até mesmo na literatura indigenista, com a melhor das intenções, representamos nossos “índios” como os viam os idealistas e românticas europeus, não como eram na realidade.

E como é que se poderia escrever despreocupadamente no meio dessa confusão de identidade, desse não-pensar? Os ensaístas, os filósofos, os sociólogos, os antropólogos deveriam ter desfeito esse nó há muito mais tempo.

Algumas vezes a realidade ajudou. 1.964/84, por exemplo, foi um episódio esclarecedor. Pudemos compreender que aqueles que torturaram nas cadeias fomos nós mesmos que criamos, somos nós. Antes, a imagem estava embaçada. Havia uma maneira de não ver. Porque quando há uma conquista de território ou um processo de colonização como o que houve no Brasil é fácil para muitos até compreender a opressão. No Brasil, durante séculos, apesar de

algumas vozes de protesto, foi fácil aceitar brancos matando índios, flagelando negros escravos, pisando nos pobres. Porquê? Porque eles não eram “iguais”. 64/84 teve esse efeito revelador: mostrou brancos classe média torturando até a morte brancos classe média. Um clarão se abriu: somos capazes de coisas horríveis com nossos iguais. E isso joga mais luz no flagelador do passado, nos louvados heróis bandeirantes e desbravadores, mostra a sua crueldade natural, apenas acidentalmente ligada ao índio, ao negro e ao pobre, tira-o da sombra e o deixa iluminado no meio do palco.

Então estamos aprendendo a nos ver sem necessidade de espelhos. Alguns estudos são faróis de neblina, como os citados, como os de Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Darci Ribeiro, Jacob Gorender, Antônio Cândido, Euclides da Cunha, Roberto da Matta, Oliveira Viana, José Honório Rodrigues. Contraditórios entre si, uns mais profundos, outros menos, são explicadores na soma.

O ficcionista é tentado a explicar também. Explicar um país é uma motivação tão boa como qualquer outra para se fazer uma ficção. Não importa muito o ponto de partida, importa é onde o ficcionista chegou. Se chegou à literatura, tanto melhor. Se ele se ligou tão bem ao seu tempo a ponto de poder ser deslocado dele sem prejuízo para o que se escreveu, maravilha. O diabo é que quanto mais se quer explicar, quanto mais claro se tenta ser, quanto mais didático, menos literatura se faz.

Esse é um dos grandes problemas do escritor brasileiro. Percebe-se, na obra de muitos autores do passado e na maioria dos ficcionistas de 1.928 para cá, a necessidade sociológica de explicar, de analisar, de criticar. Alguns, por serem melhores artistas, superaram os pressupostos não-literários; outros foram atropelados por eles. Quando adota uma atitude de análise, o ficcionista quase sempre cai numa armadilha, atua contra a sua própria arte. E qual é a armadilha? Ele recusa esse Brasil tão doloroso, fica de fora, não quer ser identificado por aquilo que critica. Mas essa é uma postura de sociólogo ou de antropólogo, não de artista literário. (Vale lembrar que a atitude de recusa não é apenas intelectual, ela está presente também na fala popular. Certos brasileiros parecem tomar distância, se excluir, quando dizem coisas do tipo: “brasileiro é mesmo safado”, “brasileiro não tem vergonha”, “brasileiro é folgado”. Todos se lembram da camiseta da Casseta Popular: “Eta povinho bunda”. Não precisava nem explicar que povinho era aquele.)

O artista, ao contrário, tem de aderir ao seu personagem, compreendê-lo, emocionar-se com ele, mesmo que seja um torturador ou um opressor. Que seria do romance *Crime e Castigo* se Dostoievski fosse julgar e criticar o jovem assassino Raskolnikof em vez de compreendê-lo, de sentir as mesmas emoções que ele? O ficcionista tem de descobrir e explorar o assassino, o opressor, o traidor, o mentiroso, o sádico que existe dentro de si para poder criar gente de verdade.

Por que não há um só grande personagem milionário na literatura brasileira, quando existem centenas de excelentes personagens pobres ou de classe média? Por que os ricos dos nossos romances são secundários e pouco mais do que uma caricatura? Será isso porque os autores, que na sua grande maioria vêm da classe média, não se sentem à vontade para falar porque os autores caem na armadilha sociológica da explicação dos papéis, do distanciamento, não se abrem para mostrar os ricos como gente, assumir a personagem, entregar-se ao papel, falar das suas emoções, sonhos e frustrações como seres humanos? Fazem caricatura.

Temos de procurar em nós mesmos esse Brasil que queremos destruir. Se não fizermos isso, ficaremos como os tapuias dos anos de 1.500, procurando nosso rosto na neblina dos espelhos.